

Jayme Magrassi de Sá

ORIENTAÇÃO já oficializada pela fala presidencial de 22 de julho último, e, como tal, programação de Governo, os documentos lançados pelo Ministro do Planejamento, João Sayad, para discussão no seio da sociedade sobre o próximo plano plurianual de desenvolvimento, colocam a questão das prioridades, outorgando primazia ao social — educação, alimentação, saúde, habitação, emprego e segurança. Em 1986, segundo indicações, da mesma área, os setores sociais receberão aplicações equivalentes a US\$ 22,3 bilhões, crescendo as dotações respectivas nos anos subseqüentes.

O plano contemplará também o fomento industrial, a expansão da agricultura e o avanço tecnológico. A evolução do setor secundário é concebida sob a forma de impulso à informática, à biotecnologia, à mecânica de precisão, à química fina e aos novos materiais, para o que será vital intensa absorção de tecnologia e ao que não ajuda a recente Lei de Informática nos termos em que foi votada. Alguns vetores tradicionais receberão também atenções do Governo.

Considerando o perfil do desenvolvimento alcançado pelo país nos últimos 40 anos, ao longo dos quais a pleora de investimentos privilegiou a infra-estrutura e o setor industrial, e levando em conta a forte taxa de urbanização de uma população que cresceu de 1/3 a cada década, as prioridades indicadas se recomendam. A queda real nos dispêndios na área social, entre 1980 e 1984, foi de quase 30%. Os índices de higiene são sabidamente baixos. A assistência médico-hospitalar apresenta enormes deficiências. Há carência alimentar. É forte a frustração com o desempenho do Sistema Financeiro de Habitação. No setor da educação, aos ganhos quantitativos correspondeu sensível perda de eficiência na transmissão do saber. A qualidade de vida nas grandes concentrações demográficas piorou e a estrutura social vem sendo castigada por sensível perda de ritmo nas atividades econômicas de 1980 para cá. Sofrem progressivamente os padrões de convivência entre os diversos segmentos da sociedade, com insatisfação ostensiva. A inflação, o mais iníquo dos impostos, age diuturnamente no agravar esse quadro inquietador.

Ressalvam os documentos da Seplan que a tarefa de recompor, com solidez e auto-sustentação, a massa de inversões assistenciais e de fomento pressupõe o prévio saneamento das finanças públicas, em estado caótico segundo diagnóstico do próprio Governo. E deixa transparecer a conveniência de reestruturarem-se as funções do Estado, pois, se a ênfase dos investimentos vai recair no social, a intervenção, isto é, o Estado como agente promocional, deve, fundamentalmente, ganhar a forma de prestação de serviços. Na geração de empregos em escala a atuação haverá de ser, primordialmente, através de estímulos à iniciativa privada, outorgando-se-lhe as condições necessárias a tal fim.

Estão implícitos nos documentos alguns pontos relevantes, além do recondicionamento e provável contração do aparato estatal. Assim por exemplo, ao ocorrer deslocamentos de inversões entre setores de atividade, ocorrerão, conseqüentemente, deslocamentos de demanda, gerando ociosidade de equipamento instalado em certas áreas de produção e choques de oferta em outras. Os ajustamentos no particular não serão fáceis e eventuais desinvestimentos muito perniciosos num país com escassez relativa do fator-capital, que é indivisível e de problemático recondicionamento na maioria dos setores econômicos. O tratamento dos desequilíbrios resultantes vai exigir mobilização de esforços entre Governo e empresas, procurando evitar graus severos de ociosidade ou paralisação

de equipamento e maquinaria em condições operativas. Certos casos poderão contar com os mercados externos como opção válida. Outros poderão ter os impactos negativos suavizados por razoáveis adequações nos regimes de produção. Mas existem aqueles cujas dificuldades de reestruturação serão mais agudas, exigindo cuidado maior para evitar perdas de capital.

Se, do ângulo da oferta cuja demanda respectiva tenderá a retrair-se, a problemática se situará no campo da ociosidade ou perda de fator escasso, no caso da oferta a ser confrontada com demanda acrescida, a questão se porá na seara dos preços. Não obstante o quase nulo crescimento do PIB nesse último quinquênio e a existência de certa reserva de capacidade na economia, não há uniformidade no particular, nem se acredita possível a ocorrência de expansões bruscas, sobretudo com a intensidade a ser requerida por substanciais acréscimos de demanda. Destaque-se a respeito o setor de serviços, em alguns ramos do qual a carência, em suas diversas formas, é manifesta e assustadora.

Possivelmente, questões dessa natureza serão devidamente contempladas no futuro plano, mas a necessidade de estar a sociedade atenta para o relevante aspecto da operacionalidade em transformações ou mudanças como as previstas pelos documentos da Seplan é inegável.

Na mecânica econômica existem dois parâmetros decisivos e limitativos — a escassez e o tempo — sempre presentes e rigorosos nos seus reflexos. Em qualquer circunstância, em qualquer época, em qualquer lugar, as decisões de caráter econômico ou envolvendo fatores econômicos devem levar em conta essa realidade. Disso não escapa o assunto em exame.

No pertinente à escassez, em parte já abordada aqui, coloca-se o caso da oferta global, assim entendida a correspondente ao todo da economia. Com outras palavras, para ter-se êxito nos redirecionamentos, é necessário manter a economia funcionando bem, de modo a evitar “estrangulamentos” capazes de inibir a própria política reformista. Citando exemplos, mencionem-se os diversos ramos de transportes, a energia em suas várias formas, as comunicações, os insumos básicos, as indústrias de bens essenciais, duráveis ou não, etc. Isso equivale a dizer que o deslocamento de inversões não pode fazer tábua rasa das exigências (não pequenas) de alguns setores (não poucos) caracteristicamente econômicos. Tendo-se presente a escassez de capital, o cuidado passa a ser crucial, inclusive por conceber o documento significativa evolução industrial, através de novos e exigentes campos de atividade.

Em matéria de tempo, as preocupações não são menores. Em alguns dos setores considerados prioritários pela Seplan é possível admitir expansão da oferta, com qualidade aceitável, em, dir-se-ia, prazo razoavelmente curto. Em outros, não, o tempo de maturação será relativamente longo, inclusive para não comprometer a qualidade da oferta. Como em questões de ordem social as expectativas da coletividade pretendem sempre êxitos e soluções a curtíssimo prazo ou imediatíssimos, as frustrações têm efeitos perversos, frustrações que também ocorrem por má qualidade do ofertado.

Os debates sobre o plano devem, portanto, abranger todos os aspectos e envolver especialmente os de ordem operacional, para livrar o trabalho dos erros e omissões que tanto contundiram o esforço realizado em favor de nosso desenvolvimento econômico. Nada mais nocivo e decepcionante do que a ocorrência, numa quadra aguda como a atual, de desperdícios adicionais, consumindo recursos que, além de escassos, são muito solicitados em diversas frentes.